

O MEDO DO COMUNISMO: DA ERA VARGAS AOS DIAS ATUAIS

The fear of communism: From the Vargas era to the present day

Desire Ferreira da Rosa Silva

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Andrea Helena Petry Rahmeier

Instituto Superior de Educação de Taquara/Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT-RS), Taquara, RS - Brasil

Resumo

O artigo aborda a temática do medo do comunismo em diferentes contextos da história do Brasil. Nos últimos anos, tais influências encontraram um público-alvo que acredita que essa ameaça realmente existe e precisa ser veementemente combatida. O medo do comunismo, ainda hoje difundido no Brasil, tem uma história e uma trajetória que este artigo pretende abordar. A partir de 2018, esse medo foi novamente evocado e sua disseminação foi ampliada pela agilidade da internet. Este texto apoia-se na história das mentalidades, analisando os aspectos sociais, mais especificamente o medo. Para isso, foi necessário aprofundar o conceito de imaginário. O medo do comunismo serviu como justificativa para medidas repressivas por parte dos governos ditatoriais (de Getúlio Vargas, chamado de Estado Novo e da ditadura civil-militar). Nos últimos anos, tal discurso ainda causa efeito em uma significativa parcela da população no Brasil.

Palavras-chave:

Abstract

The article addresses the theme of the fear of communism in different contexts of Brazilian history. In recent years, such influences have found an audience that believes this threat truly exists and needs to be vehemently combated. The fear of communism, still widespread in Brazil today, has a history, a trajectory that this article intends to explore. Since 2018, this fear has been evoked once again, and its dissemination has also been amplified by the speed of the internet. This text relies on the history of mentalities, analyzing social aspects, more specifically fear, and for this, it was necessary to delve into the concept of the imaginary. The fear of communism served as a justification for repressive measures by dictatorial governments (under Getúlio Vargas, known as the Estado Novo, and during the civil-military dictatorship), and in recent years, such discourse still has an effect on a significant portion of the population in Brazil.

Keywords:

INTRODUÇÃO

“Nos anos 60, quando a sombra do comunismo nos ameaçou, milhões de brasileiros, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, foram às ruas contra um país tomado pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. O sangue dos brasileiros sempre foi derramado por liberdade. Vencemos ontem, estamos vencendo hoje e venceremos sempre.”

Bolsonaro, 7/9/2020¹

¹ <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/em-pronunciamento-bolsonaro-cita-sangue-derramado-contra-a-sombra-do-comunismo/> Acessado em 17/05/2022.

De 2018 em diante, retomou-se o vínculo dos discursos oficiais referentes ao medo do comunismo. Um desses momentos foi a fala transcrita no início deste artigo, proferida pelo presidente do Brasil de 2018 a 2022. Esse tipo de discurso também fez parte no governo dos anos de 1930 para mobilizar, instaurar e justificar o Estado Novo, criado em 1937. Posteriormente, o mesmo tema foi retomado na década de 1960, para mobilizar e instaurar a ditadura civil-militar em 1964. Na década de 2020, o temor do comunismo ainda mobiliza pessoas e serve de justificativa para determinadas atitudes. Perante o exposto, surgem os seguintes questionamentos: quais as relações entre esses períodos? Como podemos analisar e pensar os três períodos distintos? Abordamos o surgimento do medo do comunismo e como ele se tornou parte do imaginário da sociedade brasileira, interferindo e justificando ações governamentais no Brasil, tanto no pretérito quanto no presente.

O MEDO COMO OBJETO DO HISTORIADOR

O tema do medo tornou-se objeto de investigação dos historiadores recentemente. No decorrer do século XX, a chamada História Cultural foi popularizada pela Escola dos Annales, por meio de vários historiadores vinculados a essa linha de pensamento, e vem chamando atenção para questões sociais que vão além da política e da economia. Desta forma, as pesquisas em torno da cultura ganharam força. A história das mentalidades, da qual se ocupava Jacques Le Goff, abriu caminho para os mais diferentes temas entre os acadêmicos. Philippe Ariès e Georges Duby, organizadores da coleção “História da vida privada”, serviram de exemplo a outros pesquisadores que tratam de diferentes aspectos da vida particular e cotidiana.

Medo, insegurança e incerteza quanto ao futuro são emoções que sempre estiveram presentes entre as pessoas. Individual ou coletivamente, a sociedade busca encontrar soluções para erradicar, ou de certa forma, amenizar essas sensações que foram a causa de muitos acontecimentos trágicos na história e na vida particular de cada um de nós. Especialistas das mais diversas áreas da ciência têm se ocupado dessas emoções, procurando explicações e até mesmo soluções para essas situações. O historiador também busca compreender como tais emoções agem nos/entre os grupos sociais. Esse empreendimento torna-se necessário para auxiliar a análise das ações e dos sentimentos de grupo no decorrer dos tempos. Jean Delumeau (2009), um historiador francês, explica e traz

exemplos aos leitores sobre os medos existentes na sociedade, bem como suas origens e consequências para a sociedade ocidental. De acordo com o autor, muitas são as situações que causam aflição na sociedade ou em parte dela, quando se tornam alvo de reflexões, especialmente o desconhecido, em seus mais diversos aspectos. Com o passar do tempo, os grupos sociais não somente passaram a conhecer seus receios e limitações, bem como tomaram consciência de sua existência em outros grupos próximos. Com isso, valeram-se desses medos como estratégias de dominação em várias ocasiões que, muitas vezes, foram bem-sucedidas, conforme utilizado por Delumeau (2009). Nos âmbitos da guerra, da política e da religião, essas informações tornaram-se valiosas para que determinado grupo estabelecesse seu domínio sobre outros.

A política e a religião², por meio de seus líderes, utilizaram amplamente de “estratégias do medo” para alcançar mais facilmente seus objetivos individuais ou coletivos. Essa estratégia não só se mostrou eficiente no passado, como ainda hoje, em muitos casos, continua produzindo os resultados esperados. No que se refere à utilização da insegurança como forma de dominação, em muitas situações, política e religião são indissociáveis, já que uma se utiliza da outra como instrumento de manipulação social. Muitas vezes, o medo de outros sistemas políticos também foi usado para servir aos interesses de certos grupos influentes. Em síntese, muitos regimes autoritários foram instaurados utilizando o medo para mostrar o perigo que o outro proporcionava ou se criou algum inimigo contra o qual a população precisava se unir ao governo para combatê-lo.

CRIANDO UM INIMIGO

É importante perceber que, com certa frequência, o invisível evoca pensamentos carregados de apreensão e, em muitos casos, revela-se ainda mais temível que os fatos há muito conhecidos pelos seres humanos. Cientes disso, alguns líderes políticos convocaram a população a uma luta ferrenha contra um “inimigo invisível”, como, por exemplo, o comunismo, que não estava implantado no Brasil. Desta maneira, repressões, intolerância religiosa, censura, violência, e outras formas de abalo social foram justificadas e tiveram seus efeitos minimizados no discurso, para que se instituísse um combate efetivo contra

² É preciso ter um certo cuidado ao ligar política e religião, para não incorrer em generalizações. É importante lembrar, que muitas religiões procuraram um distanciamento do sistema político e muitas formas de governo procuraram desmembrar a política da religião, principalmente no século XX.

ideais antagônicos que pudessem surgir e ameaçar a ordem vigente. Assim, essas autoridades apresentaram um inimigo a ser combatido, tentando demonstrar poder e, ao mesmo tempo, assumir a postura de defensor do povo e da nação, mediante o intuito do adversário de destruir ou alterar significativamente o sistema, com o objetivo de atingir os cidadãos.

Os ideais comunistas são, de longa data, vistos como um “terrível espectro” que ameaça abalar as estruturas sociais. O medo do comunismo, bem como os discursos de repulsa contra os países que adotaram ou fizeram tentativas de adotar esse sistema político, dominaram a mentalidade coletiva em alguns países capitalistas, principalmente a partir das décadas de 1930 e 1940. É importante lembrar que o primeiro país a adotar os ideais comunistas foi a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a partir de 1917, estruturando-se nos anos 1920. A partir de 1930, ações anticomunistas tornaram-se uma das principais pautas de alguns líderes de países europeus, entre eles, Hitler, na Alemanha.

Faz-se necessário, primeiramente, elucidar o termo “comunismo”, antes de iniciarmos a discussão sobre a construção do medo nele implícito. Vários teóricos abordam esse tema, mas se optou pela definição de Antônio Carlos do Amaral Azevedo por ser considerada mais sintética. Sendo assim, o comunismo pode ser definido como:

Doutrina e regime econômico, político e social caracterizado, essencialmente, pela posse e propriedade comum dos bens e meios de produção. Para os marxistas, o comunismo é “a forma mais alta de organização da sociedade”. Sua implantação, porém, terá de ser precedida pelo socialismo criado pela ditadura do proletariado e que com maturidade social e econômica, transformar-se-á no comunismo (Azevedo, p. 113).

Qualquer ideia que fizesse lembrar igualdade de direitos entre os cidadãos ou uma melhor divisão dos recursos econômicos poderia acarretar acusação de “simpatia” pelos ideais socialistas, o que, automaticamente, afrontaria também a religião. Assim, é possível dizer que uma ameaça à religião por meio da implantação do regime comunista também foi uma estratégia usada para justificar a repressão. O comunismo foi efetivado na União Soviética, no início do século XX, como resposta ao avanço do capitalismo, tendo por base as ideias de Karl Marx e Friedrich Engels. Rodrigo Patto Motta (2008) aborda o temor do regime comunista no período da ditadura civil-militar, a partir de 1964. No entanto, neste artigo, abordamos esse medo em períodos específicos da história brasileira, começando já no primeiro governo de Vargas. Mas, como isso tudo surgiu no Brasil? Para que a teoria da

“ameaça comunista” adquirisse um tom ainda mais assustador, ela foi forjada no imaginário social.

IMAGINÁRIO: BREVE ANÁLISE DO CONCEITO

O conceito de imaginário abrange um campo de estudos bastante amplo e com diversas nuances a serem percebidas e exploradas pelos pesquisadores dedicados às ciências humanas. Ele é transdisciplinar, no sentido de que as mais diversas áreas do conhecimento o utilizam para explicar e tecer suas análises. De acordo com Kalina V. Silva,

Imaginário é uma palavra que desde as últimas décadas do século XX invadiu a produção da História no mundo ocidental. [...] Imaginário significa o conjunto de imagens guardadas no inconsciente coletivo de uma sociedade ou de um grupo social; é o depósito de imagens de memória e imaginação. Ele abarca todas as representações de uma sociedade, toda a experiência humana, coletiva ou individual [...] (Silva, 2009 p. 213,214).

No entanto, cabe ressaltar que, apesar de se fazer presente a partir da chamada Nova História e da contribuição da Escola dos Annales, as reflexões sobre o imaginário fixaram suas raízes já na filosofia grega, com Sócrates, Platão e Aristóteles. O imaginário não é um conceito que pode ser facilmente compreendido. Por muito tempo, foi entendido como fantasioso ou deslocado da realidade.

Para o historiador polonês Bronislaw Baczko, o imaginário social é “uma das forças da vida coletiva” (Baczko, 1985, p.14). Ele está ligado de maneira muito estreita ao conceito de representação, amplamente discutido pelo historiador francês Roger Chartier. No entanto, é preciso compreender os dois conceitos como sendo distintos, considerando que, conforme salienta Wallace Lucas Magalhães, a representação constitui uma parte fundamental do imaginário social (Magalhães, 2016). Ao analisar o contexto histórico em que o imaginário ganha espaço no campo da pesquisa, a historiadora Sandra J. Pesavento também enfatiza seu papel na “sociedade instituída imaginariamente, se expressa simbolicamente por ideias, imagens, que constituem a representação do real” (Pesavento, 1995, p.22).

É importante perceber que a tríade (imaginário, política e sagrado) se fez presente de forma muito clara nas sociedades (Baczko, 1985). A fusão desses três aspectos fundamentais em uma sociedade, de forma consciente ou não, permitiu que determinados grupos fossem amparados em suas atitudes frente ao clima político brasileiro, tanto no governo de Getúlio

Vargas quanto posteriormente, durante o período da ditadura militar, e também nos dias atuais. De acordo com o discurso anticomunista, bastante receptivo no imaginário social, era justamente a política, e tudo o que se considerava sagrado, que estava sendo ameaçada pela sombra comunista que pairava sobre o país.

O CONTEXTO POLÍTICO DE 1930

No final dos anos 1920, o Ocidente enfrentava um período bastante crítico no que se refere à política e à economia. A Primeira Guerra Mundial teve seu desfecho em 1918, mas as consequências do conflito fizeram-se presentes posteriormente. A Inglaterra, até os anos de 1940, era a grande potência mundial, no entanto, sendo posteriormente substituída pelos Estados Unidos. Esse último teve seu crescimento oportunizado pelas disputas que ocorriam na Europa, tanto na Primeira quanto na Segunda Guerra Mundial.

Nesse contexto, ocorreram a ascensão e a permanência de governos intervencionistas e ditatoriais, como os de Hitler e Stalin. O discurso inicial de Hitler foi voltado para a recuperação do país e de seus cidadãos, os quais tiveram seu poder econômico reduzido significativamente após a Primeira Guerra Mundial. Além disso, havia o medo de ideias novas, como as comunistas. Para conter os problemas financeiros do país e ampliar a recuperação dos cidadãos alemães, o governo criou a ideia do inimigo interno, isto é, criou o medo de algo, no caso, o povo judeu e os comunistas.

O contexto brasileiro nos anos de 1930 não foi muito diferente. Esse ano iniciou com mudanças no cenário político. Houve eleições presidenciais e o vencedor do pleito foi Washington Luís. Todavia, sua vitória gerou muitas disputas internas, conduzindo a sua deposição pelos militares. Em 3 de novembro do mesmo ano, Getúlio Vargas - o candidato que ficou em segundo lugar nas eleições - assumiu a presidência do país em um governo provisório. Esse acontecimento marcou o início do período da História brasileira conhecido como Era Vargas (1930-1945)³. É importante destacar que, para a maioria da população, a troca de governo não foi uma ruptura significativa nas estruturas vigentes, mas sim, o poder foi, de certa forma, transferido das oligarquias tradicionais paulista e mineira para novos agentes políticos e alguns militares. Novos personagens passaram a administrar o país.

³ O Segundo período do governo de Vargas ocorreu em 1951 até seu suicídio.

Apesar de Vargas ter assumido a presidência da República em um período crítico e de forma impactante, que ressalta o regionalismo, ele tomou posse como chefe de um governo provisório, porque não havia uma sustentação legal para a ocupação do cargo. Vargas participou de uma eleição, mas não venceu e, mesmo assim, tornou-se presidente. O contexto era de um golpe e havia muitos descontentes, entre eles, os paulistas que, em 1932, iniciaram a Revolução Constitucionalista. A principal exigência desse grupo era a convocação de uma Assembleia Constituinte para discutir os rumos políticos do país. Em julho de 1934, Vargas foi eleito para o cargo de presidente da República através do voto indireto. Seu mandato, que duraria de 1934 a 1938, não permitia reeleição, conforme a constituição vigente (Rahmeier, 2022).

A CONSTRUÇÃO DO MEDO COMUNISTA NO BRASIL

Desde o início dos anos de 1930, circulavam ideias comunistas no Brasil, vinculadas ao sucesso ocorrido na União Soviética. Muitas pessoas temiam que no Brasil houvesse uma revolta parecida, então, utilizaram-se da imprensa para criar medo dessas ideias, principalmente, por integrantes da AIB (Ação Integralista Brasileira) (Motta, 2008). Em 1937, iniciaram-se as articulações para o novo pleito eleitoral e Vargas não podia se candidatar. O clima eleitoral era intenso e, nesse contexto, surgiu na imprensa brasileira o escândalo do Plano Cohen, divulgado ao grande público em 30 de setembro daquele ano. A divulgação desse suposto plano ampliou a agitação política. O Plano Cohen foi apresentado ao grande público como um documento redigido por um integrante da Internacional Comunista⁴, cujo texto sugeria que os comunistas pretendiam tomar o poder.

O plano teria por finalidade mobilizar fortemente os trabalhadores brasileiros para uma greve geral, momento no qual deveriam ser promovidas depredações do patrimônio público, incêndios em prédios, saques e até mesmo execuções de opositores do movimento. Quer dizer, foi criada a ideia do perigo que podia ser proporcionado por agentes inimigos. As reportagens geraram um clima de alarme e perigo. Por exemplo, na matéria do jornal Correio da Manhã, em 1º de outubro de 1937, consta uma matéria intitulada “As instruções

⁴ A Internacional Comunista, ou Komintern foi uma organização criada em 1919, dissolvida em 1943 e estava sob o controle do Partido Comunista soviético. O principal objetivo era estabelecer a União Mundial de Repúblicas Socialistas Soviéticas <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/InternacionalComunista> acesso em 13/04/2022 16:33.

do Komintern para a ação dos agentes contra o Brasil”, que descreve que o Estado-Maior do Exército apreendeu um plano tenebroso. Em uma pequena pesquisa nos jornais da época constata-se que era comum esse tipo de notícia e o tom exposto sobre o tema seguia a mesma posição.

Todavia, a história do Plano Cohen é muito diferente da noticiada pela imprensa brasileira. O plano fez parte de uma ação do governo brasileiro para criar o medo entre a população. Atualmente, sabemos que o plano foi discutido em uma reunião de oficiais do alto escalão do exército brasileiro, como o general Eurico Dutra, então ministro da Guerra; o general Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército (EME) e Filinto Müller, chefe de Polícia do Distrito Federal), além de outros integrantes do governo de Vargas.

A apreensão do documento foi creditada às Forças Armadas que faziam oposição veemente às ideias comunistas vigentes no cenário internacional. De acordo com os militares, o plano foi elaborado com riqueza de detalhes para que fosse posto em prática em um futuro próximo. Na versão apresentada pelo governo, esse plano seria um golpe de estado pretendido pelos comunistas, devidamente instruídos por seus preceptores russos (Schwarcz; Starling, 2018). Atualmente, sabemos que o plano era falso, mas essa informação não circulou na época. Diante disso, concluímos que, já em 1937, o Brasil experienciava o que, em nossos dias, nomeamos de *fake news*.

Por conseguinte, o governo instaurou o medo e a insegurança na população que acreditava na veracidade do Plano Cohen, assim como ampliou incertezas em relação ao futuro. Tal estado de espírito possibilitou a Getúlio Vargas fechar o Congresso Nacional por intermédio da polícia militar⁵, no dia 10 de novembro desse mesmo ano, data que marca o início do período ditatorial conhecido como Estado Novo. No discurso-manifesto proferido por Getúlio Vargas, na referida data, ele se utilizou do medo do contexto criado para expor algumas ideias:

Nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da Nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil.

[...]

Para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do País e garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de

⁵ De acordo com Bóris Fausto, o então Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra se mostrou contrário ao fechamento do Congresso Nacional pelos militares, por esse motivo, a polícia militar realizou esta operação (Fausto, 2014).

trabalho. Quando os meios de governo não correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão mudá-los, estabelecendo outros moldes de ação (Vargas, 2024, on-line).

A partir da leitura do discurso, percebe-se que, no ideário do Presidente, o Golpe de Estado fazia parte de todo um processo histórico (contingencial ou contextual), não existindo outra solução para governar o país, principalmente, em função de todo o medo criado. Torna-se, assim, justificável uma atitude ditatorial para conter a crise que o país atravessava, gerada, na concepção do governo, pela adoção de conceitos estrangeiros, como o comunismo e o anarquismo. Esses ideais, para a elite intelectual governante, instauravam a desordem e, conseqüentemente, impediam o progresso. Uma das formas utilizadas por diversos governos, inclusive pelo Brasil daquele período, foi a acusação de complô, pois era a forma e a possibilidade de se livrar dos suspeitos e ou opositores (Girardet, 1987). É interessante perceber como o medo de algo justifica ações e permite a tomada de poder de forma ditatorial. O medo é usado discursivamente para justificar ações de redução de mecanismos democráticos, como as eleições.

O presidente atrelou seu destino ao da Nação, atribuindo-se a missão de guia da pátria e mesclando sua imagem com a do país. Toda essa nova conjuntura foi justificada na Constituição porque a Nação estava “sob a funesta iminência da guerra civil” (BRASIL, 1937).

Ao mesmo tempo, ao analisarmos o processo político brasileiro, evidencia-se que desde 1935 já existiam leis e órgãos repressores aos movimentos revolucionários. Dentre eles, a Lei de Segurança Nacional (4/4/1935, nº 38), que objetivava extinguir o “extremismo”, e o Tribunal de Segurança Nacional (11/7/1936, lei nº 244), responsável por julgar os envolvidos na “Intentona Comunista” (Alves, 1993). A historiografia é quase unânime ao afirmar que a política varguista criou um clima de instabilidade para justificar as ações de repressão. Para alguns autores, entre eles Paulo Alves (1993), Lúcia Lippi de Oliveira (1982) e Andrea Rahmeier (2022), o Estado Novo foi o resultado do processo iniciado em 1930. O regime ditatorial imposto por Getúlio Vargas não precisou “criar” uma nova estrutura, pois muito do caminho já fora preparado desde 1930. , O presidente Vargas utilizou as várias instituições e procedimentos já existentes para dar sequência a seu governo, de forma que não houve uma ruptura significativa com a maneira de governar o país. A implantação do Estado Novo foi um golpe de Estado possível através da criação do temor de alteração da ordem constituída e, com o apoio dos militares e de grande parte da

classe política, praticamente, não encontrou resistência. O medo do comunismo justificou a tomada de atitudes autoritárias e a criação do Estado Novo que tinha por fim conter algo que nem existiu.

Autoritarismo e nacionalismo estavam caracterizados por um grande sentimento de repulsa por tudo que podia vir de fora do país. Amplificado pela divulgação de um plano comunista, isso aumentou consideravelmente o sentimento anticomunista. Essa conjuntura marcou o período compreendido entre 1937 e 1945. A repulsa por ideias comunistas e a tentativa de dominação ao nosso território foram algumas das maiores justificativas usadas por Vargas e seus apoiadores para estabelecer a ditadura. Era um regime autoritário sendo implantado no Brasil em um contexto da história mundial bastante conturbado, marcado por conflitos internacionais, especialmente na Europa, que precederam a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O presidente não estava alheio aos acontecimentos, mas atento a eles e procurando uma forma de permanecer no poder. Ele visava o mercado exterior através da modernização do país por meio da educação e do desenvolvimento da indústria brasileira.

Apesar de não ter rompido abruptamente com o sistema vigente, em 1937, foi promulgada uma nova constituição, resultando uma maior centralização do Estado. Com o fechamento do Congresso Nacional, o governo, na pessoa de Getúlio Vargas, fez alianças com o setor industrial. Essa estratégia foi fundamental para conciliar, nesse momento, o apoio da burguesia industrial, dos militares e dos trabalhadores, cujos direitos foram ampliados por Vargas.

O período de 1945 a 1964 foi marcado por atitudes mais brandas no campo político brasileiro, tanto que, em 1945, o Partido Comunista foi legalizado e participou das eleições. Luis Carlos Prestes assumiu, em 1946, a vaga de senador pelo Rio de Janeiro, representando o Partido Comunista. Em 1950, Prestes apoiou a candidatura de Vargas ao seu segundo período de governo (1951-1954). Percebe-se que esta nova gestão administrativa de Vargas não teve as mesmas características do período Estado Novo. O “perigo comunista” parecia estar mais neutralizado e não era necessário fortalecer esse medo. Apesar disso, não se pode afirmar que esses anos foram de tranquilidade, pois, de vez em quando, surgiam reportagens que faziam parte da criação do medo, chamado por Motta (2008) de “indústria anticomunista”.

RETOMADA DO MEDO DO COMUNISMO

As reformas de base discutidas nos anos de 1960 causaram um grande mal-estar na elite dominante, especialmente entre os donos de grandes extensões de terras. Além disso, em 1961, com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, o cargo passou a ser ocupado por João Goulart, vice-presidente do país. O problema para que a posse de “Jango” ocorresse era a oposição de diversos setores sociais em relação à sua pessoa e às mudanças que ele defendia, sendo visto como um defensor do comunismo. Sindicalistas, moradores do campo e defensores da reforma agrária sentiam-se representados pelo novo presidente.

Todo o contexto político gerou a campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, com o intuito de garantir a posse de João Goulart. Apesar da instabilidade política crescente, Goulart manteve-se no poder até 1964, quando ocorreram as manobras para a sua retirada da presidência da República. Rodrigo Motta (2008) aborda que, em 1962, o medo do comunismo foi utilizado nas campanhas, com a própria imprensa denunciando a situação. Ainda estávamos em um período democrático, diferente de 1937, quando o plano Cohen foi anunciado e logo depois criou-se o Estado Novo. Igualdade, garantia de direitos, distribuição da riqueza persistem como temas extremamente polêmicos, verdadeiros tabus políticos ligados à ideia de implantação do regime comunista.

O golpe de 1964 e o início do governo civil-militar, em 2 de abril daquele ano, consolidaram a vitória de uma elite dominante que, de forma alguma, estava apática, mas disposta a tomar o poder por meio da justificativa de que um regime autoritário, de caráter provisório, seria a melhor solução para que o caos não se instalasse no país. O período de meados de 1964 até 1985 foi caracterizado pelo autoritarismo explícito no Brasil. Especialmente em relação à política e à cultura, não só haveria severas restrições, mas também retaliações violentas, justificadas pelo discurso de manutenção da ordem vigente, a fim de que a sociedade brasileira mantivesse seus “valores cristãos” e o bolsão comunista fosse contido. Esse fato explícito nas considerações do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, dias após o início do regime civil-militar.

O presente Ato institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos em Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estavam decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente

se dispunha a bolchevizar o país. Destituído pela revolução, caberia apenas ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do poder, exclusivamente no interesse do país.

Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes investidos à revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional. (AI - 1, 1964)

Percebe-se, mais uma vez, que o Estado recorreu ao discurso anticomunista para justificar um regime autoritário. No entanto, a retórica anticomunista foi acompanhada de medidas planejadas e postas em prática contra o que as autoridades políticas dominantes consideravam subversivo, que Erinaldo Vicente Cavalcanti chamou de “ações anticomunistas” (Cavalcanti, 2015). Na sequência, os Atos Institucionais não utilizaram o termo “comunista ou comunismo”, mas controlaram a cultura popular e, em muitos casos, a cultura erudita. Além disso, apropriaram-se da religião para exercer o máximo controle possível sobre os cidadãos. No âmbito religioso, o discurso da “destruição da família” nos moldes tradicionais era enfatizado e possuía um grande poder de convencimento entre os fiéis (Cavalcanti, 2015). Para o regime, a palavra impressa representou um veículo importante para que seus interesses, sob a bandeira da disciplina, ordem e patriotismo alcançassem os objetivos desejados. Difundidas especialmente nas escolas, nos anos iniciais de formação, as crianças já podiam ter contato com uma educação que, na maioria das vezes, trabalhava a favor do regime.

Mais uma vez, o “espectro comunista” foi invocado, trazido à tona e disseminado como o grande inimigo do Brasil, de forma discursiva, no primeiro Ato Adicional, para justificar a mudança de regime de forma autoritária. Grupos de esquerda, partidos políticos, artistas e muitas pessoas influentes sofreram os mais variados tipos de violência na tentativa de silenciar suas vozes. No campo literário, escritores trocavam acusações, referindo-se aos outros colegas literatos como “comunistas” (Cavalcanti, 2015). É fato que, durante o período

conhecido como ditadura civil-militar (1964 a 1985), os governantes também mantiveram outras preocupações nas mais diversas áreas. Economicamente, algumas indústrias de diferentes segmentos apresentaram crescimento significativo, porém, a outra “face” do chamado milagre econômico também deixou rastros negativos nos indicadores socioeconômicos brasileiros.

Personalidades brasileiras influentes fizeram forte oposição a esse regime. Músicas denunciavam a repressão e o cerceamento dos direitos individuais, enquanto cineastas, jornalistas, professores e demais profissionais em suas respectivas áreas de atuação buscavam conscientizar a população e denunciar as atrocidades cometidas pelo regime. Logicamente, muitos deles sofreram consequências bastante significativas, pois em muitos casos, ligavam-se a grupos políticos de oposição em nome da liberdade nas mais diversas esferas. Pressionado pela oposição e enfrentando uma crise interna, o regime ruiu em 1985, ainda que de forma bastante gradativa. A elite dominante nos anos de 1960 usou o medo do comunismo para se justificar no poder, tornando-se parte do discurso. Vários agentes sociais utilizaram-se desse medo, como a imprensa, os políticos, os religiosos e os órgãos de repressão, tanto é que Rodrigo Patto Motta (2008) denominou esse processo de Indústria do Anticomunismo.

MESMO ESPETÁCULO, DIFERENTES ATORES...

Ao analisar os dois momentos ditatoriais durante a república apresentados até aqui, percebemos que, em ambos, o medo do comunismo fez parte dos discursos para justificar um regime autoritário. Tanto em um quanto no outro, esse medo não se materializou, mas foi utilizado discursivamente, mostrando que fez parte do imaginário popular.

No Brasil, a partir de 2016, percebe-se uma tática semelhante. A propagação de uma suposta ameaça comunista foi um dos fatores que mais influenciou a opinião pública. Com base novamente em relatos fictícios, o medo da instauração do regime comunista ainda permanece no imaginário social. A disseminação de tais engodos ficou ainda mais fácil à medida que as redes sociais ocupam um espaço cada vez maior na vida das pessoas, que, em grande parte, são leigas no que se refere às questões relacionadas à história brasileira e mundial, e, por isso, são por elas influenciadas.

O acesso a ferramentas que permitem explicações curtas e de rápida disseminação, em muitos casos, tomou o caminho contrário da propagação do conhecimento, do incentivo à reflexão e à empatia. Logicamente, não se pretende aqui condenar o uso e o acesso da população às diversas plataformas digitais (redes sociais, aplicativos de mensagens), mas sim, refletir sobre o uso indiscriminado e errôneo de tais recursos que espalham *fake news*, o que vem sendo feito com cada vez mais frequência.

Nos anos de 1930, os governos precisavam forjar os inimigos políticos. Dessa forma, para ser consenso e facilitar a divulgação, era necessário que esse inimigo fosse externo, pois, assim, uniria a população ao redor desse campo de batalha imaginário, sendo, então, mais fácil justificar a repressão. Nesse sentido, o governo de Getúlio Vargas assemelhou-se ao de Hitler, na Alemanha, e ao do próprio Stálin que, de acordo com Jean-Jacques Marie (2011), utilizava-se deliberadamente dessa ferramenta para justificar suas ações, livrando-se assim de pessoas e ideias indesejáveis no meio de seus colaboradores.

Era esse o ambiente da primeira metade do século XX. O inimigo era visível no ambiente internacional, principalmente com a criação da URSS, assim, ocorreu uma reversão de imagens para o ambiente interno, produzindo sentido ao discurso dimensionado ao ambiente brasileiro, porque a classe proprietária viu o perigo nas propostas comunistas à sua forma de viver. Nos anos de 1960, como abordado anteriormente, o processo repetiu-se, e, novamente o medo do comunismo foi utilizado para justificar um regime ditatorial.

Em 1988, foi promulgada uma nova Constituição, vigente até os dias de hoje. Ela foi considerada a mais abrangente em termos de assegurar os direitos do cidadão brasileiro. A partir desse período, quando o país entra em um processo de redemocratização, apesar de um cenário político ainda agitado, o povo tem o direito de escolher seus representantes por meio do voto direto.

Para compreender como o medo do comunismo está sendo utilizado atualmente, ousamos fazer um breve retrospecto da governança brasileira no século XXI. Em 2002, quando o operário Luiz Inácio Lula da Silva venceu a corrida presidencial, o Partido dos Trabalhadores (PT) chegou ao poder após algumas tentativas. Lula já era conhecido pelos eleitores nas disputas presidenciais da década de 1990. Nas eleições de 2006, foi reeleito para um segundo mandato. No ano de 2010, a candidata do PT, Dilma Rousseff - também conhecida por sua atuação durante o período ditatorial - foi a primeira mulher eleita para a presidência do país. Ela também foi reeleita, em 2014, mas sofreu um processo de

impeachment em meio a uma crise política, tendo seu mandato encerrado em 2016. O Partido dos Trabalhadores ficou no comando do país por 14 anos ininterruptos.

Em 2018, com o contexto político bastante crítico, houve uma disputa muito polarizada e instalou-se um clima de hostilidade entre os eleitores dos dois candidatos. Naquele momento, dois discursos políticos estavam se confrontando: um vinculado a pessoas que desejavam um controle maior da sociedade, um retorno para algumas ideias desenvolvidas no período da ditadura civil-militar, formado por religiosos das alas mais conservadoras do cristianismo (principalmente evangélicos) e tinham por líder Jair Messias Bolsonaro, do PSL (Partido Social Liberal). Do outro lado, vinculado ao Partido dos Trabalhadores, que tinha como candidato à presidência Fernando Haddad. A combinação de uma sociedade em crise política com promessas de combate eficiente à corrupção foi um dos motivos que permitiu ao grupo ligado a Bolsonaro chegar ao poder.

Ainda no que se refere aos discursos propagados, cabe ressaltar que, embora o comunismo no Brasil não tenha uma trajetória de grandes levantes e o país jamais esteve sob o referido regime, o “medo” de que ele venha a se tornar uma realidade ainda persiste. No entanto, conforme aponta Greice Caroline Silva de Souza, o que existe em grande parte da sociedade brasileira é uma aversão à esquerda, aos movimentos sociais que buscam reduzir a desigualdade e também, uma rejeição ao Partido dos Trabalhadores, conhecido como antipetismo (Silva de Souza, 2022). Na tentativa de depreciar os movimentos liderados pela esquerda e diversas organizações que buscam dar visibilidade às pautas sociais, a ala conservadora, investida de algum tipo de autoridade, associa essas pessoas e organizações ao “perigo comunista”, ainda que elas não busquem reproduzir o modelo desse regime político no Brasil.

É importante perceber que as promessas feitas na campanha de Bolsonaro e a utilização do discurso de uma suposta “ameaça comunista” foram armas semelhantes às usadas para justificar o Estado Novo (1937) e o governo civil-militar (1964). Não estamos falando de um possível novo período ditatorial, mas sim, observando a forma como esse discurso novamente foi utilizado. É fato que as mídias sociais facilitaram a disseminação desse discurso, bem como da sua repercussão; contudo, é importante ressaltar que, nesse contexto, a imprensa escrita e televisiva não utilizou muito do discurso em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A suposta ameaça comunista realmente existe no contexto atual? Considerando a conjuntura política em que esse “perigo” foi evocado, é possível dizer que, atualmente, essa possibilidade soa ainda mais distante da realidade. Para fundamentar a acusação de que o Brasil estaria ameaçado pelo espectro comunista, os defensores dessa ideia citam exemplos de países que, em algum momento de sua história, adotaram o socialismo como modelo para conduzir a política nacional. Até mesmo alguns países da América Latina foram usados como exemplos negativos para basear tais afirmações. No entanto, é importante perceber que, cada vez mais, a economia, a cultura, o turismo, a religião, entre outros fatores, envolvem os países em diferentes redes de negociações e acordos, integrando-os cada vez mais entre si, o que o regime político conhecido como comunismo não pretendia englobar.

Logicamente, a definição de comunismo vai muito além do que se apresenta ao grande público e na *internet*. Logo, a ameaça comunista que não se sustentou na década de 1930, nem na implantação do governo civil-militar, em 1964, não se ampara atualmente, pelos mesmos motivos. Apesar disso, ela ainda é evocada como o grande inimigo a ser combatido e, por mais descabida que possa parecer, a tática ainda tem grande efeito entre seguidores de políticos, celebridades e renomados *youtubers* que produzem conteúdos também divulgados em outras plataformas digitais. Assim, são produzidas grandes quantidades de *fake news*, ligadas aos mais diferentes assuntos e pessoas, fazendo com que a pesquisa séria, comprometida com a ciência e a verdade histórica seja refutada por pessoas sem os requisitos necessários para tal, em detrimento de opiniões que disseminam ódio, espalham medo e satisfazem desejos de poder de um grupo específico.

Ao analisar esses três períodos, percebemos que na década de 1930, o rádio e o jornal eram as principais mídias e foram muito bem utilizadas para isso. Já na década de 1960, a televisão era a novidade do momento. Em todos esses períodos, houve uma grande campanha contra as minorias e também contra professores e estudantes, especialmente das universidades públicas. Essas falácias propagadas em larga escala, principalmente na década de 1960, fizeram com que muitos professores, até mesmo da educação básica, fossem acusados de doutrinar os educandos, segundo a teoria marxista. Entretanto, esse é apenas um dos exemplos de acusações feitas aos educadores. Atualmente, o medo do comunismo ocorreu através das redes sociais (Whatsapp, Instagram, entre outras, mas, ao fim, tivemos o

mesmo resultado, uma campanha contra professores e instituições educativas. Observa-se que o discurso é o mesmo, mas diferem os meios utilizados para divulgá-lo.

Então, governos foram se alternando e, ao longo dos anos, pode-se dizer que a tática da “ameaça comunista”, da “decadência da moral e dos bons costumes”, do “combate à corrupção” surtiu o efeito pretendido em parte da sociedade brasileira atual. A grande diferença entre os anos de 1930, 1964 e o momento atual foi a forma como ocorreu a propagação dessas ideias. O rádio e a televisão ainda permanecem, mas têm seu efeito e alcance potencializados pela *internet* com o auxílio das mídias sociais. Diante de tal cenário, é extremamente importante, ainda que muito difícil, o trabalho do historiador e também dos professores em espalhar ideias de empatia, tolerância e compromisso com a ciência, tanto em suas pesquisas quanto no ambiente escolar. É fundamental que esses profissionais busquem ocupar espaços de debate, reflexão e disseminação de conhecimento, a fim de utilizá-los como ferramentas em tempos tão críticos.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALVES, Paulo. O poder judiciário no Estado Novo (1937-1945). *História*. São Paulo: UNESP, v. 12, 1993, p. 253-271.

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et al: *Anthropos- Homem*. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

BARROS, José d' Assunção. *Fontes Históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis, Vozes, 2019.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1397. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm, acesso em: 14/07/2022.

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em: 14/07/2022.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- BURKE, Peter. *O que é história do conhecimento?* São Paulo: Unesp, 2016.
- CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. O medo em cena: a ameaça comunista na ditadura militar. (Caruaru, PE – 1960-1968). Recife: UFPE, 2015].
- CHARTIER, R. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*, 1991, 5(11), 173-191. Acessado em 30/08/2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/8601>.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- FAUSTO, Bóris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- HOBSEBAWN, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. São Paulo: Paz & Terra, 2014.
- HOBSEBAWN, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- HOBSEBAWN, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.
- LIMA, Bruno. Intentona Comunista: Um passado em disputa. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/a-intentona-comunista-de-1935/>, acesso em: 13/07/05/2024.
- MAGALHÃES, Wallace Lucas. O imaginário social como um campo de disputas: um diálogo entre Baczko e Bourdieu. Albuquerque. In: *Revista de História*, vol. 8, n. 16, jul- dez./ 2016, p. 92-110.
- MARIE, Jean Jacques. *Stalin*. São Paulo: Babel, 2011.
- MOTTA, R. P. S. A "indústria" do anticomunismo. In: *Anos 90, [S. l.]*, v. 9, n. 15, p. 71–91, 2008. DOI: 10.22456/1983-201X.6613. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6613>. Acesso em: 8 ago. 2024.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi; GOMES, Angela Maria de Castro e VELOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982,
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. p 09-27. 1995
- PINSKY, Carla Bassanesi. LUCCA, Tânia Regina de. *Org. O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015.

PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

PETRY RAHMEIER, Andrea Helena. Diplomacia, Jogos Políticos, Intrigas e Guerra - 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 2022 .

RODRIGUES, Rogério Rosa Org. Possibilidades de pesquisa em História. São Paulo: Contexto, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Kalina Vanderlei. Silva, Maciel Henrique. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo, Contexto, 2009.

SILVA DE SOUZA, Greice Caroline. Anticomunismo: o espectro imaginário que ronda o Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2022, dissertação.

VARGAS, Getúlio. Discurso-manifesto. Disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1937/04.pdf/view> , acesso em: 30/08/2024.

DADOS DE AUTORIA

Desire Ferreira da Rosa Silva

Possui graduação em História - Faculdades Integradas de Taquara (2018). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e História da Leitura, especialmente na França durante o Antigo Regime. Possui pós- graduação em História e Geografia pela UNINA (2023). Mestranda em história pela UNICAP.

desiresilva@sou.faccat.br.

<https://orcid.org/0009-0007-8510-0105>.